



## O SETOR PRIVADO E A EDUCAÇÃO PÚBLICA

Ana Paula Raizel Macedo

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (Brasil)

Endereço eletrônico: paula\_raizel@hotmail.com

Dhyovana Guerra

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (Brasil)

Endereço eletrônico: dhyovanaguerra@hotmail.com

2325

### INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta alguns resultados obtidos com a pesquisa desenvolvida durante o curso de Mestrado em Educação, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Cascavel, intitulada “A atuação da fundação Sicredi na educação básica no oeste do Paraná: expressão da interligação público-privado”.

A lógica presente no setor privado adentra ao setor público sob o argumento de melhorar a eficiência e a aplicabilidade se deu por meio da administração pública gerencial. Com isso, a perspectiva neoliberal, que é construída como estratégia de recuperação do capital no período após a Segunda Guerra (1939 – 1945), empreende forças na proposição de um Estado mínimo, que não interfere no mercado, ou interfere minimamente a fim de mediar conflitos, por meio de regulamentações. A ordem de mercado passa a ser vista como modelo de funcionamento para as instituições (MORAES, 2001; FERNANDES; BORGES, 2008; PERONI, 2006)

Este resumo expandido tem como objetivo refletir sobre as intervenções do setor privado na educação pública, após a reforma do Estado da década de 1990. O setor privado atua na educação sob a justificativa de melhorar a qualidade do ensino, contudo existe um descompasso sobre o que se compreende por educação de qualidade. Os arranjos que abrem espaço para o setor privado atuar na educação pública estão postos no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) que amparou a reforma e redefinição da função do Estado (FERNANDES; BORGES, 2008).



## METODOLOGIA

O material utilizado neste trabalho é parte dos materiais utilizados para o desenvolvimento da dissertação de Mestrado em Educação (MACEDO, 2021). A pesquisa é bibliográfica de caráter qualitativo e se deu por meio de levantamento de dados bibliográficos e documentais. Dessa forma, utiliza-se de categorias já trabalhadas por outros autores e ao mesmo tempo tem os documentos como matéria prima partir da qual são desenvolvidas as análises (SEVERINO, 2016). Como metodologia de análise baseia-se em Evangelista (2012, p. 59) em que de devemos “[...] encontrar o sentido dos documentos e com eles construir conhecimentos que permitam não apenas o entendimento da fonte, mas dos projetos históricos ali presentes”.

2326

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A mudança na estrutura econômica, após o avanço e consolidação do neoliberalismo, desencadeou mudanças nas bases do pensamento social, sendo incorporada, principalmente, pelos organismos internacionais. A lógica privada no setor público, especificamente na educação, a transformou em um “[...] negócio a ser tratado pela lógica do consumo e da comercialização, abrindo-se espaço em âmbito global para a mercadorização da educação; e transferência de serviços como educação e saúde para a gestão do setor privado” (LIBÂNEO, 2016, p. 7).

As mudanças na educação brasileira não estiveram aquém do contexto socioeconômico mundial, mas estiveram sob as diretrizes propostas por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Banco Mundial (BM) (SILVA, 2002; SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011).

A configuração da política educacional brasileira está relacionada a estrutura econômica, política e ideológica da sociedade. Na era do mercado globalizado, a educação vista como mercadoria atende ao pressuposto de que diante de uma administração ineficaz e onerosa do Estado, o setor privado, por meio do empresariado,



pode permitir ao Estado a oferta de uma educação de qualidade (SANDRI, 2016; PERONI, 2018).

A reforma do Estado foi proposta com a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), tendo como ministro, Luiz Carlos Bresser-Pereira. O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) ressalta que a reforma do Estado deve ser entendida como redefinição do seu papel, deixando de ser responsável direto pelo desenvolvimento social e econômico para se fortalecer como promotor e regulador do desenvolvimento (BRASIL, 1995, p. 12).

A reestruturação administrativa no Brasil, a fim de reformular o gerenciamento do Estado que foi organizado em: setor de núcleo estratégico (formado pelos poderes executivo, legislativo e judiciário), setor de atividades exclusivas (responsável por executar leis e políticas públicas) e setor de serviços não-exclusivos (realizados por empresas privadas ou não-estatais que abrangem as áreas de educação, saúde, pesquisa e cultura) e o setor de produção para o mercado de bens e serviços, proposto por empresas estatais (MACEDO, 2021).

As ações do Governo Federal, desde 2006, mantêm o empresariado como fonte de alternativa para a educação. A materialização da privatização na educação brasileira ocorre de forma expansiva e está presente nos documentos fundamentais para a regulamentação e orientação da educação, sendo o Plano Nacional de Educação 2001 - 2010, Lei nº 010172/2001, e do Plano Nacional de Educação 2014 - 2024, Lei nº 13.005/2014, assim como a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e a aquisição de diversos materiais padronizados por encartes ou apostilas (MACEDO, 2021).

Uma das formas por meio da qual o empresariado atua na educação brasileira é o “Todos pela Educação”, movimento fundado em 06/09/2006, idealizado pelo empresariado que se organiza com a premissa em “contribuir para melhorar a Educação Básica no Brasil”, atuando com amparo de recursos privados, sem fins lucrativos, ensejando desenvolver o conceito de aparelhos privados de hegemonia, ou seja; um projeto de sociedade cultural com a apropriação de fundações, institutos, organizações sociais, estruturados através dos também intitulados “contratos de gestão”.

Na premissa de que “trabalhamos para melhorar a formulação e implementação de políticas educacionais estruturantes” (TPE, 2020), a governança do Todos pela Educação, age amparado por agentes e atores políticos, motivando ações que desenvolvam as discussões e ações do setor privado no setor público. Souza Junior explica que, o modus operandi do Todos pela Educação é o mesmo dos partidos:

2327

Realização:



Apoio:





elaborou uma doutrina nacional para a educação, um projeto organizado em nome da nação que permite a autonegação “todos”; em uma única frente e, aos poucos, foi arregimentando aliados em outras frações de classes, e constituiu um núcleo de difusão de suas ideias para toda a sociedade, em especial por meio das corporações da mídia (SOUZA JUNIOR, 2014, p. 15).

O processo de mercantilização se apresenta através das parcerias que são vinculadas com o terceiro setor, dentre repasses do poder público para o privado, desde que atendam aos requisitos legais e constituídos, condicionando ações que atuem enquanto interesse “público”. A proposição de instaurar tal demanda de serviços especialmente aos municípios, demonstra que estão engendrados mecanismos de fortalecer a permanência destes grandes grupos privados, materializando a globalização de um modelo a ser evidenciado. Na impossibilidade de a iniciativa privada provê-lo satisfatoriamente, aparece intervindo de modo direto, firmando tais parcerias dinamizando a prática capitalista. No movimento de direcionar políticas públicas pelo setor privado (PERONI, 2015), o Estado oportuniza a atuação de corporações da sociedade civil, como o exemplo do Movimento Todos Pela Educação.

No Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) por estabelecer diretrizes e definições de objetivos para a reforma da administração brasileira, face ao interesse de representar uma lógica de mercado, está posto o anúncio destas “parcerias” que se constituem posteriormente, através da lei 9790/99 instituindo a qualificação e regulamentação deste grande nicho de mercado, que visivelmente (nem antes ou tampouco agora), trata da educação como um direito, mas como um privilégio.

## CONCLUSÕES

O processo de mercantilização da educação, particularmente por meio de parcerias público-privadas, se dá a partir da década de 1990, tendo como fundamento as diretrizes do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995). As parcerias são anunciadas como alternativa para alcançar uma educação de qualidade, contudo, são expressão de políticas de ajuste neoliberal de desmonte dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora. O setor privado tem sido grande executor de políticas educacionais no Brasil, principalmente por meio do empresariado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação pública. Parcerias público-privado. Reforma do Estado.

2328



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. Disponível em: [<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>] Acesso em: 23 maio 2020.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo., BORGES André. Idéias fora do lugar: o neoliberalismo como categoria de análise das políticas sociais no Brasil. **Organização & Sociedade**. v. 15, n. 46, jul./set. 2008. Disponível em: [<https://doi.org/10.1590/S1984-92302008000300001>] Acesso em: 11 fev. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan. / mar. 2016.

MACEDO, Ana Paula Raizel. **A atuação da fundação Sicredi na educação básica no oeste do Paraná**: expressão da interligação público-privado. 2021. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2021.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Senac Editora, 2001. (Série ponto futuro, v. 6).

PERONI, Vera Maria Vidal. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: Vera Lúcia Bazzo; Ludimar Pegoraro. **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**: entre o público e o privado. Porto Alegre, RS: UFRGS. 2006. p. 11-23.

PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018. Disponível em: [<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/peroni.pdf>] Acesso em: 28 maio 2020.

SANDRI, Simone. **A relação público-privado no contexto do ensino médio brasileiro**: em disputa a formação dos jovens e a gestão da Escola Pública. 2016. 252 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: [<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43876/R%20-%20T%20-%20SIMONE%20SANDRI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>] Acesso em: 11 fev. 2022.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

SOUZA JÚNIOR, Justino de. **A crise da escola**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10234/1/2014\\_liv\\_jdsjunior.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10234/1/2014_liv_jdsjunior.pdf) Acesso em: 19 mar. 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Site oficial**. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/> Acesso em: 17 ago. 2020.